IRC+derrama	120 077,16
Tributáveis autónomas	257,97
<i>Total de encargos</i>	120 335,13
Lucro líquido	323 930,11

19 — Inclusão em contas consolidadas:

A Espart — Espírito Santo Participações Financeiras (SGPS), S. A., inclui as contas da Fimoges na consolidação que efectua, utilizando o método da consolidação integral.

As contas consolidadas poderão ser obtidas na sede da Espart, sita na Rua do Vale de Pereiro, 16, Lisboa.

20 — Eventos subsequentes:

Já no decorrer do exercício de 2007 a sociedade obteve a autorização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 16 de Fevereiro de 2007 da substituição de sociedade gestora Gesfimo pela Fimoges, na administração, gestão e representação do fundo imobiliário Fungere.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007. — O Conselho de Administração: Manuel Azevedo Leite Braga, presidente — Otilia Antunes Florêncio, vogal — Vítor Manuel de Carvalho Neves, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, António Victor de Carvalho Pereira.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (a sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 1 657 809,70 euros e um total de capital próprio de 1 416 180,54 euros, incluindo um resultado líquido de 323 930,11 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos avisos n.ºs 1/2005 e 4/2005 do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos

os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 4 de Maio de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Fimoges — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 — No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, complementados com o teor da certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da sociedade e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e dos serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao conselho de administração e a todos os colaboradores da sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 4 de Maio de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas. 2611022032

GERBANCA — SGPS, S. A.

Relatório n.º 12-L/2007

Sede social: Avenida João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.
Capital social integralmente realizado: 50 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 504868705.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Lourenço Soares.

Vice-presidente: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro.

Secretária: Maria Amélia Vieira de Figueiredo Carvalho de Figueiredo.

Conselho de administração:

Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Vogais:

Caixa-Participações, SGPS, S. A., que nomeou, nos termos do artigo 390.º do Código das Sociedades Comerciais, representada por António Manuel Maldonado Gonelha.

Vitor José Lilaia da Silva.

Fiscal único:

Efectivo: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Maria Augusta Cardador Francisco.

Suplente: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Carlos Manuel Pereira Freire.

Relatório do conselho de administração

1 — Actividade e contas em 2006

A sociedade manteve a sua participação de 84,12% no capital social do Caixa-Banco de Investimento, não tendo feito no ano de 2006 qualquer investimento.

Para a aquisição dessa participação foi-lhe concedido pela Caixa Geral de Depósitos um suprimento, sem prazo, cujo saldo no final de 2006 era de 87 732 023 euros.

Os custos decorrentes da sua actividade, no montante de 7800 euros, referem-se sobretudo aos honorários do revisor oficial de contas pelos

serviços prestados no exercício em análise e ao pagamento da publicação integral das contas no *Diário da República*.

A Caixa-Banco de Investimento distribuiu dividendos, relativos ao exercício de 2005, tendo a sociedade recebido 14 735 462 euros.

O resultado líquido apurado no exercício de 2006 foi de 14 726 329,11 euros.

2 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe, em cumprimento do artigo 66.º, n.º 2, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado do exercício de 2006, no montante de 14 726 329,11 euros seja aplicado em outras reservas.

3 — Notas finais

Considerando que o presidente do conselho de administração Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira apresentou a renúncia ao cargo em 26 de Fevereiro de 2007, o conselho expressa o seu agrado pelo cumprimento pela forma como desempenhou o respectivo mandato.

Lisboa, 23 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Estrutura accionista

Em cumprimento dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Accionistas	Número de acções	Categoria
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	2 000	Ordinárias
	7 000	A
Caixa-Participações — SGPS, S. A.	1 000	Ordinárias

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2006			2005 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	94,94	—	94,94	37,65
12+13-130	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	14 742 705,07	—	14 742 705,07	19 515,06
20+21+280+281+ 2880+2881+2890+ 2891-29000-29001- 29010-29011-2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
16+22+23+282+ 283+287+2882+ 2883+2887+2892+ 2893+2897-29002- 29003-29012- 29013-29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240+241+245+255+ 2480+250+251+ 2580+26+2840+ 2884+2894-290140- 2920-2921- 2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
2400+2401+2410+ 2500+2501+2510+ 2600+2601+2610+ 2840+2884+2894- 290140 (*)-29200- 29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2006			2005 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
2402+2411+2412+ 245+255+2480+ 2502+2511+2512+ 2580+2602+2611+ 2612+2840+2884+ 2894-290140 (²)- 29209-29219- 2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+255+ 2481-24810+2490- 2491+253+254+ 2581-25810+2841- 290141-291-2923- 2924-2925-2953+ 5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
400-490	7 — Participações	—	—	—	—
401-491	8 — Partes do capital em empresas ligadas	102 161 296,66	—	102 161 296,66	102 161 296,66
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
42+461+462+ 463+468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	—	—	—	—
420+4280+461- 4820-48280	(Das quais: imóveis)	—	—	—	—
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
14+15+19+27- 27003-29007- 2959-299+402+ 409-499	13 — Outros activos	3 750,00	—	3 750,00	3 750,00
51+55+56 (dev.) (³)+58 (dev.)+59 (⁴)	15 — Contas de regularização	—	—	—	—
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<u>116 907 846,67</u>	<u>—</u>	<u>116 907 846,67</u>	<u>102 184 599,37</u>

PASSIVO

Código das contas		2006		2005	
30+31+35 (6)	1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—	—	—
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+31920	a) À vista	—	—	—	—
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—	—	—
32+33+35 (⁶)	2 — Débitos para com clientes	—	—	—	—
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—	—	—
32-3213- 3223+33+35	b) Outros débitos	—	—	—	—
3200+3210+ 3220+3230	ba) A vista	—	—	—	—
b)-ba)	bb) A prazo	—	—	—	—
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—	—	—
36+39	4 — Outros passivos	—	—	—	—
52+54+56 (cred.)+ 58 (cred.)+59 (⁵)	5 — Contas de regularização	7 341,84	—	10 423,65	—
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	—	—	—	—
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2006	2005
619	6-A Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	87 732 023,02	87 732 023,02
62	9 — Capital subscrito	50 000,00	50 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	14 392 152,70	—
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	—	— 29 090,23
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	14 726 329,11	14 421 242,93
<i>Total do passivo</i>		<u>116 907 846,67</u>	<u>102 184 599,37</u>

(1) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.

(2) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

(3) Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6.

(4) Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor).

(5) Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor).

(6) Na rubrica «1 — Débitos para com instituições de crédito» é incluída a parte do saldo relativa a recursos de instituições de crédito e na rubrica «2 — Débitos para com clientes» a parte respeitante a recursos de terceiros.

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		2006
(90+970)	1 — Passivos eventuais	—
	Dos quais:	
(9010+9011)	Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—
(970)	Cauções e activos dados em garantia	—
(92)	2 — Compromissos	—
	Dos quais:	
(9200)	Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Sem assinatura*.)**Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006****DÉBITO**

Código das contas		2006	2005
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	—	—
71	2 — Comissões	—	—
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	7 799,07	8 585,56
73	a) Custos com pessoal	—	—
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	—	—
732+733	(— encargos sociais)	—	—
	Dos quais:		
73290+73291+73292	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	7 799,07	8 585,56
78	5 — Amortizações do exercício	—	—
77	6 — Outros custos de exploração	—	—
790+791+792+	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	—	—
793+795+799			
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	14 727 662,47	14 424 399,07
671	11 — Perdas extraordinárias	2 804,00	3 156,14
68	13 — Impostos sobre lucros	—	—
76	14 — Outros impostos	—	—
69	15 — Lucro do exercício	14 726 329,11	14 421 242,93
<i>Total</i>		<u>14 736 932,18</u>	<u>14 432 984,63</u>

CRÉDITO

(Em euros)

Código das contas		2006	2005
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	—	—
	Dos quais:		
80240+80241+ 80245+80250+ 80251+80255	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	14 735 461,54	14 432 955,63
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	14 735 461,54	14 432 955,63
82	3 — Comissões	—	—
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840+841+842+ 843+845+849 844	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos 6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	—	29,00
	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	1 470,64	—
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
	<i>Total</i>	14 736 932,18	14 432 984,63

O Conselho de Administração: António Manuel Maldonado Gonelha, vogal — Vítor José Lilaia da Silva, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Sem assinatura.)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
Actividades operacionais:		
Pagamentos a fornecedores	(10 881)	(6 629)
Fluxo gerado pelas operações	(10 881)	(6 629)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 250)	(1 250)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(84)	12
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(1 334)	(1 238)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	(12 215)	(7 867)
Recebimentos provenientes de:		
Rendimento de títulos	14 735 462	14 432 956
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	14 735 462	14 432 956
Pagamentos respeitantes a:		
Suprimentos obtidos	—	(14 480 000)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	—	(14 480 000)
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	14 723 247	(54 911)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 553	74 464
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 742 800	19 553

O Conselho de Administração: António Manuel Maldonado Gonelha, vogal — Vítor José Lilaia da Silva, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Sem assinatura.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Gerbanca — SGPS, S. A. (sociedade), foi constituída através de escritura pública celebrada em 18 de Fevereiro de 2000, tendo por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Conforme indicado na nota n.º 52, a sociedade é detida integralmente pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração não está incluída neste anexo não são aplicáveis à sociedade.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da sociedade. Nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal devem preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas. No entanto, face à perspectiva de que pudesse vir a cessar a sua actividade, através de dissolução ou da integração por fusão na Caixa Geral de Depósitos, S. A., a sociedade obteve do Banco de Portugal através de carta datada de 16 de Março de 2006, uma autorização específica para continuar a utilizar o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) nos termos da instrução n.º 4/96 e outras disposições relacionadas emitidas pelo Banco de Portugal. Esta autorização será reanalisada pelo Banco de Portugal, em face da evolução do processo de dissolução/fusão acima referido.

A sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março.

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) *Partes do capital em empresas coligadas.* — São consideradas empresas coligadas aquelas em que a percentagem de participação da Sociedade exceda 50% do respectivo capital social, tratando-se de investimentos de carácter duradouro. Estas participações são registadas ao custo de aquisição.

Os dividendos são reconhecidos em proveitos quando recebidos.

6 — Partes do capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica refere-se integralmente a uma participação no Caixa — Banco de Investimento, S. A. (Banco), representativa de 84,12% do seu capital social e correspondente a uma percentagem de participação efectiva de 89,24%, tendo em conta as acções próprias detidas por este Banco. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o capital social do Banco estava representado por 81 250 000 acções e detinha em carteira 4 658 000 acções próprias.

Nestas datas, a participação da sociedade correspondia a 68 348 445 acções.

O Banco foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças n.º 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como *corporate finance*, *project finance*, corretagem, renda fixa, *research* e capital de risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma sucursal financeira exterior na Madeira e de uma sucursal em Espanha.

Os principais dados financeiros do Banco, obtidos das suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são os seguintes:

	2006	2005
Activo líquido	1 909 504 470	1 782 738 747
Interesses minoritários	59 528 709	55 139 447
Situação líquida, excluindo interesses minoritários	210 767 819	192 002 497
Resultado líquido do exercício	30 045 764	25 004 347

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Os efeitos estimados da consolidação das contas do Banco em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 consistiriam num aumento das seguintes rubricas:

	2006	2005
Activo líquido	1 807 343 173	1 680 577 451
Passivo	1 639 207 942	1 535 596 803
Interesses minoritários	82 213 534	75 804 571
Reservas	73 845 204	61 295 890
Resultado líquido do exercício	12 076 493	7 880 187

Estes efeitos pressupõem que as diferenças positivas (*goodwill*) ou negativas (*badwill*) entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas participadas à data da compra são registadas com base nas políticas adoptadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos para aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as normas permitidas pelo Banco de Portugal, sendo anuladas no momento da compra por contrapartida de reservas.

Em reunião da assembleia geral do Banco realizada em 24 de Março de 2006, foi deliberada a distribuição de dividendos no total de 17 516 949 euros, tendo a sociedade recebido 14 735 462 euros (17 157 342 euros e 14 432 956 euros, respectivamente, no exercício de 2005).

O Banco participa ainda, directa ou indirectamente, no capital de empresas, nas quais detém posições de controlo.

Os dados financeiros obtidos das contas individuais destas empresas, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Porcentagem de participação efectiva	Data	Activo	Lucro/ (prejuizo)	Situação líquida
Caixa — Banco de Investimento, S. A.	Lisboa	100	31-12-2006	1 579 744 032	30 771 365	186 543 176
Caixa Ireland, Ltd.	Dublin	100	30-11-2006	39 140 294	991	39 140 152
Caixa Investments Ireland	Dublin	100	30-11-2006	40 051 580	802 238	39 937 625
Caixa Desenvolvimento — SGPS, S. A.	Lisboa	100	31-12-2006	98 730 468	(1 588 156)	41 523 433
Caixa Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.	Lisboa	100	31-12-2006	28 884 449	4 024 511	27 900 783
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados de Energias Renováveis — Caixa Capital	Lisboa	91	31-12-2006	51 485 652	1 391 850	51 391 850
Compal — Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S. A.	Lisboa	55	31-12-2006	415 309 823	1 177 236	123 709 143

O Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Energias Renováveis — Caixa Capital (FIQ Energias Renováveis) foi constituído em Janeiro de 2006, com um capital subscrito de 50 000 000 euros, representado por 2000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto

investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Banco subscreeu 1820 unidades de participa-

ção pelo valor nominal de 45 500 000 euros, dos quais 36 700 000 euros se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2006.

A Caixa Ireland, Ltd., é uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu activo é composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland é uma sociedade com sede na República da Irlanda e tem como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários. A situação líquida destas empresas reflecte já a aplicação de resultados e o respectivo pagamento de dividendos ao Banco em 2006, no valor de 822 000 euros (260 000 euros no exercício de 2005).

A Caixa Desenvolvimento — SGPS, S. A., constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A situação líquida da Caixa Ireland, Ltd., e da Caixa Desenvolvimento — SGPS, S. A., inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco, nos montantes de 39 083 397 euros e 27 284 245 euros, respectivamente.

A Caixa Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Caixa Capital), tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 17/86, de 5 de Fevereiro. A sociedade tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe.

A Inbepor — SGPS, S. A. (Inbepor), tinha sede em Lisboa e foi constituída em Dezembro de 2005 com um capital de 50.000 Euros, inicialmente subscrito em 80% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, através da Caixa Desenvolvimento — SGPS, S. A., e em 20% pela Sumolis — Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S. A. A Inbepor tinha como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas, tendo sido constituída no âmbito da operação de aquisição da totalidade do capital social da Compal — Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S. A. (Compal), e da Nutricafés — Cafés e Restauração, S. A. (Nutricafés), nos termos de contratos celebrados em 2 de Novembro de 2005.

A aquisição da Compal e da Nutricafés ficou sujeita à obtenção das autorizações/declarações de não oposição da Autoridade da Concorrência. A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Nutricafés foi decidida em 23 de Dezembro de 2005, tendo ainda neste mês a gestão da empresa sido transferida para os compradores. Na sequência da alienação ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD — Caixa Capital de 12 500 acções da Inbepor pelo respectivo valor nominal, em 31 de Dezembro de 2005 a Caixa Desenvolvimento detinha acções representativas de 55% do capital da Inbepor.

No exercício de 2006, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

Em Janeiro de 2006, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Compal, tendo posteriormente o controlo sido transferido para os Compradores;

Em Março de 2006, a Inbepor alienou a sua participação na Nutricafés, tendo registado uma mais-valia de 6 808 139 euros face ao custo de aquisição.

Em Junho de 2006, foi aprovado um aumento de capital da Inbepor de 50 000 euros para 10 000 000 de euros por incorporação de prestações suplementares. Adicionalmente, concretizou-se a fusão por incorporação da Compal na Inbepor, sua accionista única. No âmbito da fusão, a Inbepor adoptou a denominação, sede, objecto, actividade, operações e activos e passivos da Compal, assegurando o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres, obrigações e compromissos contraídos pela Compal.

No 3.º trimestre de 2006 foi determinado o preço final da aquisição da Compal, tendo desse processo resultado um investimento adicional de aproximadamente 4 milhões de euros.

Já em 2 de Fevereiro de 2007 a Caixa Desenvolvimento — SGPS, S. A., vendeu 600 000 acções representativas de 6% do capital social da Compal ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD — Caixa Capital, bem como prestações acessórias no montante de 6 900 000 euros pelo respectivo valor nominal. Em resultado desta operação a Caixa Desenvolvimento passará a controlar 49% do capital da Compal.

Em 31 de Dezembro de 2006, a situação líquida da Compal inclui prestações suplementares concedidas pelos accionistas no total de 115 000 000 de euros, dos quais 63 250 000 euros concedidos pela Caixa Desenvolvimento.

21 — Saldos com empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a sociedade mantém os seguintes saldos com a Caixa Geral de Depósitos, S. A.:

	2006	2005
Activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (nota n.º 51)	14 742 705	19 515
Passivo:		
Passivos subordinados (nota n.º 22)	87 732 023	87 732 023

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rubrica refere-se a suprimentos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos, S. A. Estes suprimentos não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

Em Junho de 2005 a sociedade reembolsou suprimentos concedidos em 2000 pela CGD no montante de 14 480 000 euros, na sequência do recebimento de dividendos da sua participação no Banco.

27 — Contas de regularização:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Custos a pagar:		
Auditoria	4 377	4 304
Publicidade e propaganda	2 846	6 120
Outros custos a pagar	119	—
	7 342	10 424

31 — Outros activos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rubrica corresponde a pagamentos por conta de IRC.

34 — Pessoal:

A sociedade não tem quadro próprio de pessoal. As tarefas inerentes ao seu funcionamento estão a cargo do conselho de administração, o qual não é remunerado.

39 — Ganhos e perdas extraordinários:

Nos exercícios de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 470	—
Perdas extraordinárias:		
Anulação de pagamentos especiais por conta de anos anteriores	1 250	499
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 554	2 657
	2 804	3 156

41 — Impostos:

No exercício de 2006 a sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% e correspondente derrama (10% do imposto), do que resulta uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

Ao abrigo do regime fiscal das sociedades gestoras de participações sociais, os lucros que sejam distribuídos à sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 41 305 euros e 37 089 euros respectivamente.

A sociedade está sujeita ao regime de cálculo do pagamento especial por conta, o qual a partir de 2003 corresponde à diferença entre 1% dos respectivos proveitos e ganhos do exercício anterior (com o limite mínimo de 1250 euros e o limite máximo de 40 000 euros) e o montante dos pagamentos por conta realizados nesse exercício. O pagamento especial por conta é dedutível à colecta de imposto apurada para o exercício a que respeita ou, caso exceda este montante, às colectas de imposto apuradas até ao quarto exercício seguinte. Existe ainda a possibilidade de solicitar o reembolso da parte do pagamento especial por conta que não tenha sido deduzido à colecta nos termos antes descritos, desde que preenchidos determinados requisitos. O pagamento especial por conta é ainda recuperável em caso de cessação de actividade.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da sociedade relativas aos exercícios de 2001 a 2006 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O conselho de administração da sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

43 — Inclusão nas contas consolidadas de outra instituição:

As demonstrações financeiras da sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S. A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Avenida João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.

51 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo desta rubrica é relativo a um depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos, S. A., o qual não é remunerado.

52 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 10 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, com a seguinte composição:

	Número de acções			Porcentagem
	Categoria A	Ordinárias	Total	
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	7 000	2 000	9 000	90
Caixa — Participações, S. A.	—	1 000	1 000	10
	7 000	3 000	10 000	100

É necessária a maioria dos votos das acções da categoria A para que sejam aprovadas as deliberações sobre diversas matérias, de acordo com o definido nos estatutos da sociedade.

No caso de emissão de novas acções da categoria A, o direito de preferência na subscrição e rateio pertence, em primeiro lugar, aos titulares de acções dessa categoria e só quanto às acções não subscritas por estes gozam de preferência os outros accionistas.

A transmissão de acções ou direitos de subscrição fica sujeita ao consentimento da sociedade. No caso de este ser recusado, e tratando-se de transmissão de acções ordinárias, gozam de direito de pre-

ferência os accionistas da categoria A e, só quanto às acções não adquiridas por estes, gozam de preferência os outros accionistas. Tratando-se da transmissão de acções da categoria A, apenas gozam de direito de preferência na transmissão os titulares desta categoria de acções.

53 — Variação nas outras rubricas de capital próprio:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as outras rubricas de capital próprio tiveram os seguintes movimentos:

	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício
	Legais	Livres	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	—	—	—	(20 915)	(8 175)
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2004:					
Transferência para resultados transitados	—	—	—	(8 175)	8 175
Resultado líquido do exercício de 2005	—	—	—	—	14 421 243
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	—	—	—	(29 090)	14 421 243
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2005:					
Transferência para reservas e resultados transitados	50 000	14 342 153	14 392 153	29 090	(14 421 243)
Resultado líquido do exercício de 2006	—	—	—	—	14 726 329
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	50 000	14 342 153	14 392 153	—	14 726 329

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

54 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Auditoria	4 449	4 304
Publicidade e propaganda	2 876	4 212

	2006	2005
Contencioso e notariado	305	70
Outros	169	—
	7 799	8 586

O Conselho de Administração: *António Manuel Maldonado Gonelha*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Sem assinatura.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Gerbanca — SGPS, S. A. (sociedade), as quais compreendem o

balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 116 907 847 euros e capitais próprios de 29 168 482 euros, incluindo um resultado líquido de 14 726 329 euros, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Gerbanca — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos do Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) nos termos da instrução n.º 4/96 e outras disposições relacionadas emitidas pelo Banco de Portugal.

5 — *Ênfases.* — Conforme descrito na nota n.º 3, em Março de 2006 a sociedade obteve autorização específica do Banco de Portugal para continuar a utilizar o PCSB na preparação das suas demonstrações financeiras, face às perspectivas de que viesse a cessar a sua actividade no âmbito de uma reorganização interna a nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos, o que acabou por não se verificar até 31 de Dezembro de 2006. Essa autorização será objecto de reanálise por parte do Banco de Portugal, em face da evolução deste processo, para o qual não existe ainda uma data de conclusão definida.

6 — As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação em assembleia geral de accionistas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da sociedade, a participação maioritária que detém no Caixa — Banco de Investimento, S. A. (Banco), encontra-se registada ao custo de aquisição. A sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira da sociedade e os resultados das suas operações. Os efeitos estimados da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2006 incluem um aumento do activo, do passivo, dos interesses minoritários, das reservas e do resultado do exercício nos montantes de 1 807 343 173 euros, 1 639 207 942 euros, 82 213 534 euros, 73 845 204 euros e 12 076 493 euros, respectivamente (nota n.º 6). Estes efeitos foram calculados com base nas contas consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2006, as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (nota n.º 6).

Lisboa, 26 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Gerbanca — SGPS, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2006, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2006 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado emitimos nesta data a certificação legal das contas, a qual inclui dois ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o descrito nos parágrafos 5 e 6 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.
26111034142

IMORENDIMENTO — SGFII, S. A.

Relatório n.º 12-M/2007

Sede social: Praça do Bom Sucesso, 127, escritório 210, 4150-146 Porto.
Capital social: 500 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502824840.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção).

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macroeconómico

O último trimestre de 2006 foi em geral caracterizado por uma aceleração do crescimento do PIB das economias desenvolvidas.

Nos Estados Unidos, depois do abrandamento verificado ao longo do ano, a dinamização do crescimento do produto assentou essencialmente no fortalecimento do consumo privado e das exportações líquidas.

Também as economias japonesa e chinesa apresentaram um crescimento significativo, assente no consumo privado e investimento. A zona euro, assim como a generalidade das grandes economias da área, acompanhou esta tendência, registando uma aceleração do crescimento anual de 2,8% em 2006 face a 1,5% em 2005.

Os dados para 2006 relativos à economia portuguesa registam indicadores de recuperação apontando para uma taxa de crescimento real do produto de 1,2%, após o fraco crescimento observado em 2005 (0,4%). Esta expansão assentou fundamentalmente na dinamização do consumo privado e das exportações.

No entanto, o contributo do investimento permaneceu negativo, quer ao nível do investimento habitacional (queda estimada de 4,8% em 2006) quer ao nível do investimento empresarial. Ainda assim, as perspectivas de evolução para a economia portuguesa no período 2007-2008 sustentam uma aceleração gradual da actividade económica em cerca de 1,8% e 2,1% respectivamente. Em particular, e contrariamente ao que tem sucedido em períodos de recuperação ante-